

Por Vinícius
Ribeiro Sampaio

Graduando em Relações
Internacionais pela Uni-
versidade Federal Flumi-
nense (UFF).

Recebido em: 22/02/2021
Aprovado em: 07/03/2022

A QUESTÃO AMBIENTAL NA AMAZÔNIA: UM DILEMA DE SEGURANÇA E COOPERAÇÃO

THE ENVIRONMENTAL ISSUE IN THE AMAZON: A
DILEMMA OF SECURITY AND COOPERATION

RESUMO: Este trabalho tem por objetivo apresentar as principais questões e adversidades presentes em torno da segurança e da cooperação regional em prol da Floresta Amazônica. Divide-se em quatro partes: a primeira como uma seção introdutória sobre os debates ambientalistas globais iniciados na década de 1970 e as tentativas precedentes de cooperação amazônica; a segunda tratando do contexto sistêmico internacional ao redor da floresta a partir dos impasses entre Brasil e União Europeia (UE) concernentes ao Fundo Amazônia e ao acordo comercial firmado em 2019 entre o Mercado Comum do Sul (Mercosul) e UE e da nova política ambiental estadunidense a partir de 2021; a terceira versando sobre o contexto sistêmico regional (sul-americano) e nacional (brasileiro) concernente ao bioma amazônico e, por fim; uma conclusão acerca das perspectivas a curto prazo da (ausente) política regional de cooperação para a floresta.

Palavras-chave: Amazônia; cooperação; integração regio-
nal; segurança; contexto sistêmico.

ABSTRACT: The objective of this work is to present the main issues and adversities around the security and the regional cooperation in favour of the Amazon Forest. It is divided into four parts: the first as an introductory section about the global environmental debates initiated in the 1970s and the previous attempts at Amazonian cooperation; the second, dealing with the international systemic context surrounding the forest, based on the impasses between Brazil and the European Union (EU) concerning the Amazon Fund and the 2019 trade agreement between Mercado Común del Sur (Mercosur) and EU and the new US environmental policy starting in 2021; the third treating about the regional systemic context (South American) and national (Brazilian) concerning the Amazon biome and, finally; a conclusion about the short-term perspectives of the (absent) regional cooperation policy for the forest.

Keywords: Amazon; cooperation; regional integration; se-
curity; systemic context.



1 INTRODUÇÃO

O principal anseio deste trabalho é entender a importância da cooperação estratégica dos países amazônicos em prol da integração e preservação da floresta, mas para além disso, é também elucidar quais são os principais desafios, entraves e empecilhos que inviabilizam a tomada de decisão política conjunta na região frente aos interesses de atores externos e do grande capital internacional. Busca-se compreender as razões pelas quais é tão difícil empreender projetos de cooperação regional duradouros, eficazes e capazes de integrar a Amazônia e suas populações aos projetos nacionais e ao planejamento de Estado.

A partir de uma abordagem que usa como referência histórica o início dos debates políticos de maior relevância a respeito do clima global nos anos 1970 até os dias atuais, o texto será dividido em seções, cada uma com o respectivo objetivo de: oferecer um panorama geral sobre a questão ambiental e a Amazônia, elucidar o contexto político-econômico internacional em torno da floresta, expor os desafios regionais para a integração amazônica e, por fim, trazer um prognóstico das dificuldades para a cooperação regional e como contorná-las.

2 A AMAZÔNIA E A DISCUSSÃO AMBIENTAL

A discussão em torno da questão ambiental pelo mundo é bastante difusa e ganha níveis de importância distintos em cada sociedade ou Estado-nação, a depender de suas necessidades e interesses. Por mais que estejamos todos unidos em um mesmo barco que tende a naufragar se a exploração irrestrita dos recursos naturais não for regulada rapidamente, a preservação do meio ambiente traz consigo temas diversos em seu arcabouço, como segurança nacional, defesa e desenvolvimento econômico. Não se pode, portanto, tratar cegamente ou de maneira arbitrária uma pauta que reverbera diretamente nos interesses nacionais e no bem-estar dos indivíduos, pois as consequências provindas de tal atitude podem ser catastróficas e irreversíveis.

Desta forma, a riqueza natural brasileira e, principalmente, a Floresta Amazônica se inserem nesse escopo mais amplo da questão ambiental suscitando interesses, desavenças e contenciosos, mas também aflorando a cooperação entre países, a preservação da natureza e a proteção das potencialidades econômicas da região.

Alvo das atenções dos países do Norte Global ansiosos pela captação de seus gigantescos recursos, a região amazônica divide opiniões no âmbito externo desde os anos 1970, o marco inicial das campanhas ambientalistas e conservacionistas de maior repercussão ao redor do mundo. Desde então, existe uma retórica internacional sustentada pela visão preservacionista que insiste em uma maior ingerência de organizações supranacionais e até de governos alheios em território amazônico a fim de salvaguardar os recursos naturais que são alegadamente mal gestados pelos países que detêm esse bioma. Segundo eles, a floresta é um patrimônio global e está acima dos interesses nacionais, logo deve ser protegida por governos e organizações que têm a “capacidade” de garantir a sua subsistência e o seu melhor aproveitamento no que diz respeito ao desenvolvimento sustentável e à preservação de sua fauna e flora.

O outro lado dessa moeda é, entretanto, o anseio que os países desenvolvidos têm de se apossarem dos inúmeros recursos amazônicos por meio de influência direta, com missões militares e agentes governamentais in loco, ou indireta, via ONGs e corporações servientes aos grandes atores políticos globais.

De uma forma ou de outra, a melhor maneira que os países que compõem a Amazônia (Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela; aqui excetuando-se a Guiana Francesa por ser um território descontínuo da França) têm para lidar com os anseios intervencionistas externos é a cooperação regional e a integração de sistemas de vigilância e ingerência da área florestal comum. Esse esforço mútuo funcionaria com a dupla finalidade de preservar, integrar e desenvolver de maneira sustentável o espaço amazônico, mas também de afastar as pressões internacionais da floresta, garantindo assim a soberania e o incremento econômico e social da chamada Pan-Amazônia.

Em uma perspectiva histórica, é possível constatar avanços na questão da integração regional em prol da Amazônia, como a criação do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA). Segundo Da Silva Santos e Nascimento Pontes, o tratado:

[...] teve como objetivo garantir a soberania dos países membros, por meio de ações conjuntas que promovessem o desenvolvimento harmônico dos respectivos territórios amazônicos, preservando o meio ambiente, conversando e aproveitando racionalmente os recursos naturais, tratado este que evoluiu para a OTCA. (DA SILVA SANTOS e NASCIMENTO PONTES, 2019, p. 4)

A Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) viabilizou a instalação de um sistema de vigilância operado pelo governo brasileiro, o Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM), que faz parte do Sistema de Proteção da Ama-

zônia (SIPAM), e o disponibilizou para uso dos outros países signatários do tratado por meio de negociações prévias, o que tornou possível a observação aeroespacial da floresta. Contudo, todo esse aparato ainda se mostra insuficiente para dispersar as atenções intervencionistas na Amazônia devido aos recorrentes crimes ambientais que acontecem na floresta ano após ano, mesmo com um sistema operante de vigília por meio da tecnologia de satélites e a presença militar brasileira. Apesar destes artifícios serem de fato eficazes para cobrir e fiscalizar toda a extensão territorial da mata, os mecanismos de punição e aplicação da lei ainda são bastante defasados, o que gera um sentimento de impunidade e permissividade em relação aos crimes ambientais. É se aproveitando desse e de outros argumentos que países como EUA, França e Alemanha persistem em uma abordagem de controle internacional da floresta.

Contudo, para entender essas pressões externas e as tentativas de cooperação e integração regional é preciso, antes de tudo, falarmos do contexto sistêmico da empreitada ambientalista, suas reverberações pelo globo e como a política, principalmente dos países desenvolvidos, tem se visto inundada nessas novas pautas sustentáveis no seu cotidiano. Partindo da década de 1970 até os dias atuais, seguiremos para uma abordagem regional e nacional no que tange à cooperação dos países amazônicos, observaremos o que o Brasil, enquanto principal ator desse processo de busca pela soberania de seu território florestal, fez e faz para fazer valer seus direitos e obrigações, bem como iremos salientar a importância da integração regional na busca pela soberania amazônica.

3 CONTEXTO SISTÊMICO INTERNACIONAL

3.1 O INTERESSE EUROPEU NA AMAZÔNIA: O CASO NORUEGUÊS

Como já tratado, a década de 1970 representa a mais significativa empreitada internacional, fortemente e principalmente europeia, de construir um diálogo de participação global de todos os atores mundiais na preservação do meio ambiente, especialmente na Floresta Amazônica, considerada à época o pulmão do mundo. O maior expoente desse debate foi, sem dúvidas, a Conferência de Estocolmo de 1972, a primeira cúpula de países orientada pela Organização das Nações Unidas e que teve como principais pautas as questões ambientais e climáticas do planeta. Desde então, realizaram-se diversos outros acordos e conferências, criaram-se ONGs e

instituições de apoio aos ecossistemas naturais e grandes corporações começaram a absorver para si metas e medidas de desenvolvimento sustentável. Hoje, o debate ambientalista é completamente indissociável da política, ganhando relativa relevância principalmente na Europa, seja no seio da política nacional de cada país, ou no Conselho e Parlamento Europeus.

É evidente que a exploração de recursos amazônicos por países alheios remonta a um período muito anterior à segunda metade do século XX, abrangendo desde o período colonial nas Américas e rasgando o século XIX e primeira metade do XX, seja nos enormes fluxos de madeira ilegal que zarpa para a Europa todos os anos continuamente ou no ciclo seringueiro que explorou não somente as áreas de floresta, mas também os braços dos trabalhadores nordestinos que migravam para o Norte para servir de mão de obra barata ao capital. Os anos 1970, contudo, vieram para regulamentar minimamente essa relação exploratória e introduzir um discurso ambiental que até então não possuía a menor reverberação na política nem no cotidiano das pessoas. Portanto, a título de conscientização e novas perspectivas de ação, esse período foi importantíssimo para a preservação do meio ambiente. Contudo, passadas cinco décadas, ainda estamos longe da excelência e alguns problemas não diminuíram, mas continuaram acontecendo nos bastidores.

A atuação estrangeira na Amazônia se dá principalmente pela ação de empresas transnacionais e ONGs. Todavia, a nível de Estados, talvez a principal ação conjunta que se tem no cenário internacional, mas com a anuência e participação brasileira ativa, é o Fundo Amazônia. Criado em 2008, ele consiste em um caixa de arrecadações de investimentos nacionais e internacionais controlado exclusivamente pelo Brasil, utilizado de maneira majoritária “[...] em ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento na Amazônia, além de ações de conservação e do uso sustentável do bioma” (PRIZIBISCZKI, 2019, online).

Segundo dados d’O Eco, ONG brasileira sem fins lucrativos de jornalismo ambiental, 93,8% do montante depositado no Fundo Amazônia provém do governo da Noruega, enquanto outros 5,7% são da Alemanha. Isso faz com que estes dois países europeus sejam virtualmente os principais e quase únicos contribuintes para o fundo. Os noruegueses alegam que o principal motivo que os leva a investir tão pesado na preservação amazônica dialoga com a própria existência de seu Estado: o derretimento das calotas polares causado em parte pela emissão de gases provenientes da queima florestal faria com que a Noruega fosse um dos primeiros países a sofrer consideravelmente com o aumento do nível do mar. A Alemanha, por sua

vez, apresenta uma retórica de grande contribuinte da causa ambiental pelo mundo, participando de vários programas que têm por objetivo a preservação da fauna e flora espalhadas pelos demais continentes, além de ter um histórico de ajuda ao Brasil na causa amazônica desde os anos 1990, com o Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais (PPG7) (PRIZIBISCZKI, 2019).

O caso norueguês é emblemático, contudo, por se tratar de um grande paradoxo de ações. Ao mesmo tempo em que o país é o principal contribuinte para o Fundo Amazônia, ele também investe quase cinco vezes mais do que é doado para o fundo em atividades empresariais ligadas ao ramo da mineração da Amazônia. A empresa de mineração Hydro, que é norueguesa e conta com o capital estatal da Noruega como maior parte de suas ações societárias, de acordo com Senra (2017), foi e é uma das principais exploradoras do meio ambiente amazônico por meio de suas atividades nas últimas décadas, segundo o geógrafo norueguês Torkjell Leira (KRUGLER, 2020).

Apesar dessa contradição das ações norueguesas em relação à Amazônia, em agosto de 2019 o país cortou o fornecimento anual de divisas para o Fundo Amazônia por conta da negligência do Brasil. A justificativa foi a incapacidade do governo brasileiro de reduzir as emissões de gases poluentes provenientes do desmatamento e o desmantelamento de mecanismos de governança para a proteção ambiental empreendidos pelo Ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles e pelo Presidente Jair Bolsonaro. O congelamento da verba é justificável nesses termos, uma vez que o governo brasileiro não apresenta um comportamento minimamente preocupado em levar à frente medidas preventivas contra o desmatamento. O problema dessa situação, entretanto, é a postura do Brasil, que voluntariamente renegou um fundo que é exclusivamente administrado pelo país; dificultou relações diplomáticas com Noruega, Alemanha e até mesmo com a França; ameaçou o acordo entre o Mercado Comum do Sul (Mercosul) e a União Europeia (UE), que já deixou de ser ratificado por inúmeros países pelo desgoverno brasileiro em relação à pauta ambiental e; não apresenta projetos que busquem a preservação da floresta, muito pelo contrário: é bem permissivo para a entrada do capital internacional via corporações multinacionais que atuarão na exploração mineral na Amazônia, contribuindo para seu desmatamento.

Logo, apesar do comportamento ambíguo da Noruega, a reação esperada de um país como o Brasil para tal situação seria agir de maneira pragmática, buscando extrair o máximo de ganhos possíveis dessa conjuntura adversa, ou seja, nego-

ciar o não congelamento do Fundo e manter o diálogo diplomático em um nível respeitável. Frustrando essas expectativas, o governo brasileiro preferiu partir para a contraofensiva, escancarando uma postura que também se mostra inconsistente, pois critica o desmatamento histórico dos países europeus ao mesmo tempo em que empreende o desmatamento doméstico em larga escala na Amazônia.

Em relação ao padrão de comportamento dos países desenvolvidos para a Amazônia, ele segue exatamente o exemplo norueguês: retórica ambientalista e adoção de programas de doação de fundos para a causa da preservação ambiental, mas uma surdez ou até certa complacência no que tange às atividades de suas multinacionais que operam em solo amazônico com o objetivo de extrair riquezas minerais, vegetais e animais. Portanto, esse olhar ambientalista que vem do âmbito internacional dificilmente será imaculado de interesses econômicos atados a seu bojo, uma vez que o real objetivo dessa ação empresarial está no potencial de lucros que a floresta é capaz de dar, no imenso mercado de patentes que pode advir das descobertas científicas com plantas e minerais de propriedades medicinais e em uma questão muito mais estrutural, que é o entrave do desenvolvimento dos países do Terceiro Mundo para abrir espaço para a iniciativa privada do Norte Global.

3.2 EUA: AS NOVAS PERSPECTIVAS PÓS-TRUMP PARA A AMAZÔNIA

De maneira geral, o *modus operandi* estadunidense na Amazônia segue o mesmo padrão do europeu explicitado acima: foco na prospecção de lucros via corporações e retórica ambientalista no discurso. Todavia, talvez o principal fator de diferenciação dos EUA para os países da Europa seja a questão militar, além, é claro, de sua própria localização, geograficamente mais próxima, o que consequentemente influencia em um desequilíbrio de poder mais aparente e real, bem como ações mais intervencionistas dos norte-americanos ao longo da história.

A presença militar dos EUA na América do Sul é uma realidade: além das inúmeras bases que o país tem espalhadas pelas nações do subcontinente, eles ainda contam com a cooperação estratégica de um dos mais importantes países da região, que ainda por cima possui território amazônico, a Colômbia. A ação militar norte-americana neste Estado está longe de ser recente. Desde o Plano Colômbia, que se assentou na retórica da Guerra às Drogas no contexto do crescente narco-

tráfico que explodiu na década de 1980, mas que continua em larga escala até os dias de hoje, os EUA mantêm uma presença firme e insistente na política e nas forças armadas colombianas. A justificativa para a alocação militar estadunidense na América do Sul era, portanto, a pacificação e garantia de um ambiente livre de narcóticos, visando o desmantelamento do tráfico internacional. O pano de fundo dessa campanha, na realidade, é o ganho de influência em um país estrategicamente colocado no continente: acesso aos dois oceanos (Pacífico e Atlântico), porta de entrada da América do Sul via Panamá, presença da Cordilheira dos Andes e uma região de Floresta Amazônica de tamanho considerável.

Contudo, a região amazônica que compreende parte da Colômbia ou, de maneira mais geral, toda a parte ocidental da floresta, não é a zona mais vulnerável e suscetível à influência externa, apesar da eminência americana. Do ponto de vista militar:

[...] a região conhecida como Amazônia ocidental possui mais problemas que ameaças. Contudo, a percepção deste autor está na possibilidade de uma ação militar por parte da OTAN, tendo como base a Guiana Francesa, com ações a partir de Roraima ou na foz do Rio Amazonas. (PAIVA, 2012, apud MOREIRA, 2017, p. 256)

Logo, a preocupação estratégica mais urgente para o Brasil e para os demais países amazônicos, no que diz respeito à preservação de suas soberanias territoriais em área de floresta e excetuando-se os fatores internos aos países e seus problemas de ingerência cotidianos (disputas por terra, grilagem, grupos armados, narcotráfico etc.), residiria na possibilidade do uso da Guiana Francesa como “ponta de lança” em uma possível operação da OTAN. Nas atuais circunstâncias, entretanto, tal possibilidade parece ser remota e vazia de motivação internacional para acontecer, o que não exime os países amazônicos, principalmente o Brasil, de se manterem alertas e preparados para proteger seus territórios, não apenas militarmente, mas primordialmente por meio da diplomacia preventiva.

Diante disso, apesar de ser um fator diferenciador da política europeia, a força militar estadunidense na Amazônia não é o meio de atuação que o país adotou historicamente e nem parece ser a tendência para o futuro. A ação militar deve ser vista como um elemento de apoio, uma base legitimadora para os movimentos de grandes companhias e demais instituições americanas no solo amazônico. Por mais que ele esteja presente no sul do continente, o exército estadunidense tende a tratar os países da América do Sul de uma forma diferenciada se compararmos ao trato dado aos países da América Central. Segundo o professor Gabriel Passetti, a

política externa dos EUA para a América Central pode ser resumida em violações de soberania, ingerência econômica em moldes tutelares (o caso da United Fruit) e intervenções político-militares diretas, enquanto que para a América do Sul os norte-americanos sempre agiram de maneira mais contida e comedida, funcionando muito mais como uma eminência parda dos governos quando lhes convinha, a exemplo dos golpes militares do Cone Sul¹.

Nesse contexto, o histórico da política externa dos EUA para a Amazônia sempre focou na atuação do setor privado, com os esforços direcionados para a caça de patentes e para a exploração de recursos minerais via corporações. Durante o governo de Donald Trump não foi diferente, a política estadunidense continuou a funcionar dessa mesma maneira. Contudo, com o emparelhamento Trump-Bolsonaro, as questões ambientais tornaram-se tão afastadas do debate político que a Amazônia nem chegou a ser uma pauta de discussão relevante entre os dois países. Apesar disso, podemos supor que a postura de Trump em relação à Amazônia tende a ser entendida como um apêndice do que o presidente estadunidense pensava sobre as questões climáticas no geral. Apesar de não ter se posicionado de maneira direta sobre o tema, o republicano era partidário da teoria da ausência de aquecimento global e sua política ambiental era muito mais pautada em uma conduta negligente e negacionista, que é essencialmente permissiva à degradação ecológica, do que na realização de ações positivas, em um sentido de tomada de medidas ativas para frear a intervenção humana na natureza. Nesse contexto, Bolsonaro ganhava respaldo para implementar sua filosofia dentro do território amazônico, que era basicamente uma cópia do pensamento trumpista, porém com algumas declarações que deixavam claro o descaso e a vontade de sacrificar o ambiente amazônico em prol do “progresso”, como a infelicitosa frase de Ricardo Salles em que o Ministro alega que a pandemia de Covid-19 de 2020 calhou para desviar o foco da mídia e assim o governo “ir passando a boiada” nas regulamentações ambientais a fim de facilitar a ocupação de terras, antes protegidas, para a atividade agropecuária (PIRES, 2020).

Essa política e retórica autodestrutiva teve efeitos diretos no desmatamento notificado na Floresta Amazônica: durante os anos de 2019 e 2020 a cobertura de mata apresentou a maior destruição dos últimos dez anos, chegando a mais de 11 mil quilômetros quadrados de Amazônia Legal devastados apenas em 2020 (INPE,

¹ Fala do Professor Gabriel Passetti na disciplina A América Latina nas Relações Internacionais e Estratégicas, UFF, out. de 2019.

2020). Os dados são do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e foram coletados até 30 de novembro de 2020, logo esse número ainda desconta todo o mês de dezembro de seu cálculo.

Há, portanto, bastante expectativa de como serão as relações EUA-Brasil a partir de 2021 com essa nova configuração de interesses trazidos por Joe Biden, uma vez que, como analisa Breiller Pires (2020), a Amazônia torna-se o ponto central do relacionamento entre ambos, visto que o presidente eleito americano possui largos interesses na questão ambiental.

Todo esse interesse já foi expresso durante a campanha do democrata em seus discursos e debates eleitorais. Em um deles, Biden chega a propor um fundo internacional de doações no valor de 20 bilhões de dólares para que o Brasil pudesse gerir iniciativas de prevenção ao desmatamento com esse montante (MORI, 2020). Essa iniciativa deixa clara não só a nova política ambiental estadunidense que passará a ser mais ativa, mas também elucida o tipo de abordagem que será direcionado ao Brasil. Biden fala em sanções econômicas caso o governo brasileiro não aceite ou não invista o dinheiro de seu novo fundo para a Amazônia em atividades que visem a preservação da floresta (BRAUN, 2020). Em resposta, o Presidente Bolsonaro afirmou que essas propostas de Joe Biden não passam de uma intimidação da soberania brasileira e que são apenas uma justificativa para condicionar o comportamento ambiental do país em relação ao exterior. Não se sabe ainda como de fato funcionará o fundo mencionado pelo presidente estadunidense: se contará com a maior parte de investimentos americanos, se existem condições atreladas ao seu uso pelo Brasil ou qual a frequência com que ele vai ser repassado para o Planalto. Contudo, pela afirmação de Biden, o fundo será reunido e transferido de antemão para o Brasil e caberá ao país a boa gestão do mesmo, sem mencionar mais detalhes sobre condições ou protocolos. Logo, ao menos a priori, o fundo estadunidense tende a se assemelhar com o já existente Fundo Amazônia, que conserva a soberania e independência do Brasil de como lidar com suas reservas.

Nesse contexto, a crítica de Jair Bolsonaro não apresenta fundamentos suficientes, uma vez que a soberania do país seria mantida, bem como seu livre arbítrio no modo de investir o fundo, evidentemente que sob uma ameaça de sanções econômicas. Contudo, segundo Oliver Stuenkel em entrevista à Leticia Mori, jornalista da rede britânica de televisão BBC, em setembro de 2020, a retórica utilizada pelo presidente brasileiro parece fazer mais sentido se analisada por um ponto de vista político-ideológico, que tem como fim agradar sua massa de eleitores, criar

um inimigo externo e catapultar sua popularidade para as eleições de 2022 (MORI, 2020). Dessa forma, Bolsonaro utiliza-se de uma afirmação semi verdadeira para concatenar apoio entre seus correligionários e dar continuidade ao projeto de expansão das barreiras do agronegócio que avançam em direção à Amazônia.

Afirmar que o fundo estadunidense é uma afronta à soberania brasileira é um exagero literal, mas de certa forma, caso se concretize tal projeto, o país se veria coagido a tomar decisões advindas do estrangeiro e tornar-se-ia inundado de um capital internacional direcionado para certo fim pré-estabelecido, o que pode sim ser interpretado como uma “imposição” estrangeira, porém muito mais em um molde de direcionamento de ações do que, por assim dizer, em um ultimato velado. Teoricamente significa uma pequena perda de soberania, mas é uma consequência que qualquer governo responsável e preocupado com o futuro da humanidade faria questão de enfrentar.

O prognóstico para 2021 é, portanto, um Brasil que cada vez mais terá que modular seu discurso em relação às questões ambientais caso não queira sofrer retaliações comerciais ou se ver progressivamente isolado mundialmente. As pressões virão de todos os lados. Na Europa, os países do bloco europeu já ameaçam não ratificar o acordo de redução de tarifas entre Mercosul e UE caso o governo brasileiro não cumpra com suas responsabilidades ambientais (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2020). Já os EUA somarão sua voz ao coro europeu e não serão mais um ator letárgico em relação a pautas ambientais. Segundo Pires (2020), essas questões afetarão em cheio o agronegócio brasileiro, uma das bases fortes do apoio bolsonarista, que não contará mais com a carta branca de expandir suas barreiras agricultáveis a troco de nenhuma punição. O governo vai ter que tomar atitudes inesperadas e desagradáveis que descontentarão diretamente sua massa de apoio político se quiser constituir um ambiente economicamente saudável durante seu período de vigência.

4 CONTEXTO SISTÊMICO REGIONAL

4.1 OS DESAFIOS DA COOPERAÇÃO AMAZÔNICA

O desafio histórico dos países amazônicos sempre foi, sem dúvida, a confluência das pautas no que se refere a uma integração e proteção conjunta da floresta. Ao longo dos anos, essa cooperação parece surgir muito mais como uma resposta

às pressões internacionais que ameaçavam a soberania desses países do que como uma iniciativa espontânea que apresentasse um real projeto de integração e desenvolvimento. É notável a estreita relação que se tem entre ideologias políticas semelhantes dos grupos dominantes dos governos amazônicos e o nível de integração alcançado nesse mesmo período, com a maioria dos projetos realizados tendo sua gênese em momentos de forte alinhamento ideológico, vide os anos 1970 e 1980 quando acontecem as mais importantes e pioneiras iniciativas de cooperação transamazônica sob um regime militar forte no Brasil e uma América do Sul preocupada com o viés da segurança internacional em primeiro lugar face à ameaça comunista. A proposta de integração dos militares brasileiros, entretanto, enxergava a Amazônia como uma grande terra inóspita com potenciais naturais inexauríveis, logo, a lógica utilizada foi a de ocupar para desenvolver, não importando as consequências ambientais desse ato, mas sim os ganhos econômicos e estratégicos que seriam angariados com essa “nova expansão das fronteiras do desenvolvimento”.

Relevantes também são os avanços ocorridos durante a primeira década do século XXI, quando o alinhamento ideológico já pesava para a esquerda do espectro político. Nesse período, as ações foram focadas em desenvolver mecanismos de segurança e vigilância mais ativos e presentes, cada vez mais permeados de artifícios tecnológicos, com o objetivo de fiscalizar e proteger a área florestal. Diferentemente do período militar, a lógica dessa época era de desenvolver e integrar de maneira responsável a floresta, inclusive ligando-a às fronteiras com outros países, dentro das mais novas diretrizes do desenvolvimento verde e sustentável. É o período, inclusive, em que a Amazônia tem o menor percentil de área desmatada por ano no século XXI (INPE, 2020).

O ponto de confluência dessas propostas de cooperação reside no fator Brasil. É lugar comum entre teóricos e militares que sem a iniciativa brasileira é impossível construir uma Amazônia integrada e segura para todos os atores que compõem seu território. É o país que possui a maior área de floresta, o que tem mais forças armadas presentes e equipadas na região (com uma boa ressalva para a Colômbia e Venezuela, que têm gastos militares relevantes) e acima de tudo é o país com mais capacidade de financiar economicamente e com recursos humanos a integração. É por todos esses motivos que Penna Filho argumenta:

Entendida como um sistema complexo que seria melhor compreendido se não fosse compartimentado, a Amazônia como um todo deve ter sua soberania, seu desenvolvimento e sua capacidade de preservação mantidos, não só pelo Brasil, mas por todos os outros países limítrofes. Esta conforma um sistema regional que compartilha problemas e desafios semelhantes e demanda uma abordagem também compartilhada, embora o Brasil

se coloque, quase que de forma natural, como o país mais capacitado para liderar esse verdadeiro complexo regional. (2015, p. 20)

Ao mesmo tempo em que prioriza o Brasil nessa equação, Penna Filho abre-nos os olhos quanto à participação ativa dos demais atores regionais. Por existirem problemas comuns a todos os países amazônicos, como o tráfico de armas, de drogas e de pessoas e a carência de infraestrutura básica para atender às populações locais, somente uma ação conjunta de cada um dos Estados resolveria situações tão crônicas e complicadas e que são ao mesmo tempo tão fluidas se considerarmos a dificuldade que é para um único país fiscalizar toda a sua fronteira amazônica.

Como preconiza Eduardo Ishida:

No contexto apresentado, fica claro que estas ameaças transnacionais só podem ser efetivamente enfrentadas através de uma cooperação multilateral entre os países amazônicos. As redes e as conexões do crime organizado internacional estão espalhadas em todas as direções e a sua neutralização depende muito da troca de informações entre as autoridades da região e de operações conjuntas coordenadas. (2007, p. 6)

E completa: “Nenhum país amazônico pode alcançar isoladamente um nível de segurança adequado dentro de seu território, tendo em vista a existência de ameaças de caráter transnacional” (ISHIDA, 2007, p. 13).

Segundo Penna Filho (2015), a preocupação que envolve a Amazônia é antes de tudo um problema, do ponto de vista da defesa, essencialmente internacional, não regional:

Na perspectiva política dos militares, o dilema amazônico, na ótica tradicional da segurança, é muito mais internacional do que regional. Ou seja, não existe receio contra qualquer ação dos vizinhos – a não ser a presença de guerrilhas e a ação do narcotráfico –, mas sim com a cobiça internacional em torno das riquezas amazônicas. Consideram, corretamente, tratar-se de uma área relativamente vulnerável e suscetível a múltiplas formas de pressão internacional. (PENNA FILHO, 2015, p. 30)

Diante dessa conclusão, é natural que o próximo passo proposto para uma ação brasileira fosse a iniciativa de integração regional em prol da Amazônia, visto que seus vizinhos não representam uma ameaça à segurança nacional e possuem os mesmos problemas a serem resolvidos. Além disso, ainda segundo Penna Filho (2015), essa integração teria o sentido simultâneo de fazer valer a voz dos países sul-americanos ante os anseios intervencionistas internacionais:

Não é possível para um único país, como o Brasil, fazer frente sozinho e de forma plenamente autônoma, a esse crescente ativismo. A ideia de aumentar a presença do Estado na Pan-Amazônia é entendida aqui não apenas com a execução de projetos desenvolvimentistas ou por meio apenas do aumento da presença militar. É importante

que haja uma concertação política regional que passa pelo fortalecimento da OTCA e pelo estreitamento dos laços políticos dos países vizinhos, independente de condicionantes ideológicas. (PENNA FILHO, 2015, p. 36)

Hoje, são justamente essas condicionantes ideológicas que impedem a cooperação regional de existir, não apenas na questão amazônica, mas em quase todas as áreas de política externa em que atua o Brasil.

4.2 OS ENTRAVES ATUAIS

Como supracitado, o maior desafio da atualidade para a integração regional concernente aos dilemas amazônicos são as amarras ideológicas nas quais o país se encontra preso sob a gestão de Jair Bolsonaro. O total desinteresse em promover a cooperação a favor da Amazônia por parte do Brasil perpassa muito a questão política atual na América do Sul. A política externa de Bolsonaro pouco interessada na América do Sul e Latina impede que os países fronteiriços que compartilham a Amazônia com o Brasil sejam enxergados como possíveis agentes de cooperação em qualquer que seja a pauta. Com a atual crise política no Peru e com a Colômbia preferencialmente aliada aos EUA, esses países também não demonstram vontade momentânea de empreender projetos conjuntos voltados para a fiscalização e proteção da Amazônia. Em um cenário onde os maiores países do nosso entorno estratégico amazônico estão de fora, só sobram Suriname e Guiana, dois Estados inexpressivos politicamente que não representam uma grande área de floresta como seus vizinhos, logo não teriam tanto peso em tentativas de cooperação nem regionalmente e nem muito menos internacionalmente como espelho para os players de outros continentes.

A nível nacional, em nenhum momento o governo mencionou a Floresta Amazônica, a menos que não fosse para disseminar mentiras a respeito de sua preservação, enquanto a floresta apresentava índices de queimada maiores que o normal previsto na média histórica. Não se fala em projetos regionais de integração. Não se propõem mecanismos de proteção além daqueles que já estão implantados há 15 anos ou mais. Acima de tudo, não se demonstra o mínimo de empatia tanto pela fauna e flora, quanto pelas populações indígenas que vivem em solo amazônico. Em revés, essa omissão criminosa do governo já fez com que onze mil quilômetros quadrados de floresta fossem queimados apenas em 2020; que grileiros e posseiros pudessem se sentir à vontade para adentrar em áreas de preservação ambiental ou de demarcação indígena e assassinassem pessoas ou destruíssem matas

nativas em uma proporção que vem crescendo a cada ano e; que ONGs que cuidam exclusivamente de questões mais diretas à vida na Amazônia fossem criminalizadas e culpabilizadas por incêndios florestais que claramente são ocasionados pela pífia fiscalização e prevenção existentes. Quando se tentou evidenciar que a proporção da destruição florestal estava acima dos dados registrados em anos anteriores, a primeira reação do governo não foi averiguar os dados e tomar ações preventivas, mas sim demitir o chefe do INPE, Ricardo Galvão, responsável pela coleta dessas informações e substituí-lo por outro ideologicamente “aceitável”.

É visível, portanto, que a integração regional em prol da Amazônia trata-se apenas de um sonho com o Brasil sob a gestão da extrema-direita. É ingênuo pensar que existirá algum mecanismo de cooperação que vise a proteção conjunta quando nem dentro do próprio país existe interesse em se preservar o meio ambiente. A política de Jair Bolsonaro, nesse sentido, assemelha-se muito ao que pensavam os militares durante a ditadura. A visão de uma Amazônia infinita e inesgotável que tem por única função prover recursos naturais aos milhões voltou à tona na atualidade, porém com um forte lobby agroindustrial que parece mais presente e atuante nas decisões de governo do que no período de 1964 a 1985.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como analisado nas páginas anteriores, a conjuntura histórico-política da América do Sul em torno da cooperação amazônica é sazonal e depende do alinhamento ideológico entre os países que detêm territórios da Amazônia Legal. O interesse estrangeiro na região, por sua vez, é uma variável constante cuja intensidade se modula principalmente pela capacidade de ação dos países do Norte Global no nosso subcontinente, que está sujeita à permissividade ou bloqueio pelos agentes políticos locais, a depender de suas preferências e ganhos.

Por ser uma zona do globo de latente vulnerabilidade econômico-social, com pouco poderio militar frente ao Ocidente e com elites políticas economicamente ligadas aos interesses do grande capital global, a América do Sul quase sempre perde em termos de ingerência sobre suas próprias riquezas. Ao permitir esse cenário, a soberania e independência econômica dos países amazônicos são fortemente ameaçadas, já que não há planos de ação conjuntos de relevância suficiente para espantar ameaças externas. Isso proporciona um ambiente ideal para retóricas e práticas paternalistas de tutela advindas dos países centrais que apresentam

a preocupação com o meio ambiente como motivação de seus atos, mas que escondem interesses político-econômicos camuflados.

O panorama futuro preocupa. Diante da mínima capacidade de agir pragmaticamente em qualquer das funções da política externa e do extremo desinteresse que o Brasil nutre pela América do Sul, e por extensão também pela América Latina, a chance de ocorrer ou aprimorar-se algum projeto de integração regional que tenha como objetivo a proteção da Amazônia a curto prazo é virtualmente improvável.

Apesar do cenário tortuoso e incerto que o ano de 2021 projeta devido às pressões internacionais em relação ao Brasil, dificilmente Bolsonaro pensará em uma solução conjunta para promover soluções para a sinuca em que se encontrará. Na outra face da moeda, não nos parece provável que os demais países amazônicos se sintam aptos neste momento para um trabalho conjunto mesmo que haja o menor sinal de benevolência brasileira, seja por questões igualmente ideológicas ou por desavenças já criadas em relação ao atual governo brasileiro, como no caso da Venezuela. O único cenário possível em que a cooperação amazônica pode ganhar destaque é uma mudança no governo brasileiro para um projeto que seja, na melhor das hipóteses, conciliatório em relação a todo o comportamento de pária internacional que o país assumiu nos últimos dois anos. Somente assim, os países do nosso entorno estratégico se sentirão seguros para empreender relações sadias e frutíferas após um período de letargia da nossa política externa independente e propositiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRAUN, Julia. Biden promete ‘reunir o mundo’ se Brasil não proteger a Amazônia. **Veja**, 02 nov. 2020. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/mundo/biden-promete-reunir-o-mundo-se-brasil-nao-protoger-a-amazonia/>. Acesso em: 30 nov. 2020.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Notícias – Meio Ambiente e Energia**, 2020. Descaso com metas de sustentabilidade pode impedir acordo Mercosul-UE, diz parlamentar. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/700378-descaso-com-metas-de-sustentabilidade-pode-impedir-acordo-mercosul-ue-diz-parlamentar/>. Acesso em: 24 mar. 2022.

DA SILVA SANTOS, Arantxa Carla; NASCIMENTO PONTES, Altem. Desenvolvimento sustentável na Pan-Amazônia: desafios e perspectivas para atuação da organização do tratado de cooperação amazônica. **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, Málaga, febrero 2019, p. 1-11, fev. 2019. Disponível em: <https://www.eumed.net/rev/ccss/2019/02/cooperacao-amazonica.html>. Acesso em: 27 nov. 2020.

INPE. **PRODES – Amazônia**, 2020. Monitoramento do Desmatamento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite. Disponível em: <http://www.obt.inpe.br/OBT/assuntos/programas/amazo->

nia/prodes. Acesso em: 01 dez. 2020.

ISHIDA, Eduardo. A cooperação regional de segurança e defesa no pós-guerra fria: o caso dos países amazônicos. *In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS (ABRI)*, 1., 2007, Brasília. **Anais do 1º Encontro Nacional da ABRI**. Brasília, 2007. p. 1-16. Disponível em: http://www.abri.org.br/anais/1_Encontro_Nacional_ABRI/Seguranca_Internacional/SI3_Eduardo_Ishida.pdf. Acesso em: 27 nov. 2020.

KUGLER, Henrique. Da responsabilidade à omissão: o papel controverso da Noruega na Amazônia brasileira. **O Eco**, 03 nov. 2020. Disponível em: <https://www.oeco.org.br/reportagens/geografo-noruegues-explica-papel-controverso-da-noruega-na-amazonia/>. Acesso em: 27 nov. 2020.

MOREIRA, A. S. As ameaças sobre a Amazônia Verde e Amazônia Azul: uma relação possível?. **Revista da Escola de Guerra Naval**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 239-274. jan./abr. 2017.

MORI, Letícia. A proposta de Biden para a Amazônia e por que ela irritou Bolsonaro. **BBC News Brasil**, São Paulo, 30 set. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-54364961>. Acesso em: 30 nov. 2020.

PENNA FILHO, P. Interações Regionais e Pressões Internacionais sobre a Pan-Amazônia: perspectivas brasileiras. *In: GHELLER, Gilberto Fernando (Org.); GONZALES, Selma Lúcia de Moura (Org.); PEOTTA DE MELLO, Laerte (Org.). Amazônia e Atlântico Sul, desafios, e perspectivas para a defesa no Brasil*. Brasília: IPEA, 2015.

PIRES, Breiller. Com Biden, futuro da Amazônia vira ponto central da nova relação entre EUA e Brasil. **El País**, São Paulo, 08 nov. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2020-11-08/com-biden-futuro-da-amazonia-vira-ponto-central-na-nova-relacao-entre-eua-e-brasil.html>. Acesso em: 30 nov. 2020.

PRIZIBISCZKI, Cristiane. Por que, afinal, Noruega e Alemanha doam recursos para o Brasil? O Fundo Amazônia em 10 perguntas e respostas. **O Eco**, 04 set. 2019. Disponível em: <https://www.oeco.org.br/reportagens/por-que-afinal-noruega-e-alemanha-doam-recursos-para-o-brasil-o-fundo-amazonia-em-10-perguntas-e-respostas/>. Acesso em: 27 nov. 2020.

SENRA, Ricardo. Noruega é a maior acionista de mineradora denunciada por contaminação na Amazônia. **BBC News Brasil**, Washington, 28 jun. 2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-40423002>. Acesso em: 27 nov. 2020.